



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO**

**Sanções em cenários de conflito:  
Efetividade e Impactos sob a ótica da  
Guerra Russo-Ucraniana**

**Gabriel Ribeiro Leite Freitas**

**Trabalho de Conclusão de Curso**

**INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - IRI**

**Graduação em Relações Internacionais**

**Orientador: Marcelo José Braga Nonnenberg**

Rio de Janeiro, Dezembro de 2023



**Gabriel Ribeiro Leite Freitas**

**Sanções em cenários de conflito:  
Efetividade e Impactos sob a ótica da  
Guerra Russo-Ucraniana**

**Trabalho de Conclusão de Curso**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) como requisito parcial para a obtenção do título de graduação em Relações Internacionais.

Orientador: Marcelo José Braga Nonnenberg

Rio de Janeiro, Dezembro de 2023

## **Resumo**

Esta monografia se inicia fornecendo uma sua introdução e objetivo, buscando utilizar a Guerra Russo-Ucraniana como lente para avaliar a efetividade de sanções internacionais em cenários de conflito e prover recomendações. O corpo do texto então descreve os antecedentes do conflito entre a Rússia e a Ucrânia a partir da dissolução da União Soviética. Em seguida, o texto detalha os diferentes tipos de sanções internacionais, e utiliza os casos dos regimes de sanções contra o Iraque em decorrência da Guerra do Golfo e contra o Irã devido à sua política nuclear a fim de prover uma visão mais ampla de como a ferramenta das sanções internacionais foi aplicada na história recente. Em seguida, o trabalho faz uma análise do uso de sanções na Guerra Russo-Ucraniana até o presente momento, avaliando sua atuação e de que formas o governo Russo lidou com esse cenário.

O trabalho conclui que mesmo com as Sanções Internacionais sendo ferramentas valiosas em cenários de conflito, os impactos econômicos gerados por essas restrições não podem ser usados como medidas para sua efetividade, pois impactos econômicos não necessariamente resultam em objetivos políticos desejáveis sendo alcançados. Avalia-se que governos autoritários de um país-alvo podem usar regimes de sanções como justificativa para aumentar seu poder interno, além de promover a independência econômica do seu país em relação ao mercado internacional através de múltiplas medidas, como a busca de fontes alternativas de recursos e expansão da sua capacidade produtiva interna.

Por fim, o presente trabalho recomenda que policymakers tenham em mente a capacidade dos países-alvo de se aproveitarem dos cenários de restrições, sendo necessário que os regimes de sanção busquem maximizar seu impacto na manutenção de figuras de autoridade no poder ao passo que minimiza o dano causado à vida humana.

**Palavras-Chave:** Ucrânia ; Rússia ; Sanções ; Conflito ; Comércio

## **Abstract**

This project begins providing its introduction and objective, seeking to use the Russo-Ukrainian war as a lens to evaluate the effectiveness of international sanctions in scenarios of conflict and provide recommendations. The main body of the text describes events that led to the conflict between Russia and Ukraine starting with the dissolution of the Soviet Union. Next, the text discusses the different types of international sanctions, and utilizes the cases pertaining to the sanction regimes applied against Iraq in response to the

Gulf War and against Iran due to its nuclear policy, seeking to provide an ample vision of how international sanctions as a tool was applied in recent history. Following this, this essay analyzes the utilization of sanctions in the Russo-Ukrainian war up until the present moment, evaluating its performance and how the Russian government handled this scenario.

This project concludes that even with international sanctions being valuable tools in conflict scenarios, the economic impacts generated by such restrictions cannot be used as measurements of its effectiveness, because economic impacts do not necessarily result in desirable political objectives being reached. The evaluation concludes that authoritarian governments of a target-country can use sanction regimes as a justification to raise its internal power, besides also promoting its economic independence in relation to the international market through multiple measures, such as seeking alternative resource sources and expanding its internal production capabilities.

At last, this project recommends that policy-makers keep the capacity of target-countries to take advantage of restrictive scenarios in mind, being necessary for sanction regimes to seek maximizing its impact on the maintenance of authority figures in power, while at the same time minimizing the damage inflicted against human life.

**Keywords:** Ukraine ; Russia ; Sanctions ; Conflict ; Trade

## **Sumário**

### **1 - Introdução 5**

### **2 - A Origem do Conflito 6**

#### **2.1 - Fim da União Soviética e Independência 6**

#### **2.2 - Fase Atual 11**

### **3 - Os Tipos de Sanções 16**

#### **3.1 - Sanções Comerciais 18**

#### **3.2 - Sanções Financeiras 19**

### **4 - O Uso de Sanções Comerciais em Cenários de Conflito 19**

#### **4.1 - O Regime de Sanções Contra o Iraque 20**

#### **4.2 - O Regime de Sanções Contra o Irã 21**

### **5 - O Uso de Sanções na Guerra Russo-Ucraniana 23**

### **6 - Considerações Finais e Recomendações 30**

### **7 - Referências Bibliográficas 32**

### **8 - Agradecimentos 35**

## 1 - Introdução

Durante a história do sistema internacional, o uso de medidas restritivas (Sanções) tem sido uma das principais ferramentas utilizadas por atores nacionais para diversos objetivos. Seja, por exemplo, limitar a capacidade de exportação de dado país com foco em fomentar sua produção interna, ou bloquear voos e vindos de dada região com o objetivo de limitar a entrada de uma doença contagiosa no seu território nacional. Todavia, a versatilidade do uso de medidas restritivas se estende para além da proteção do território nacional de dados atores, pois um dos usos mais comuns dessa ferramenta é, também, a aplicação de dadas medidas à nações em cenários de conflito armado, tendo como objetivo dissuadir a permanência desses conflitos ao limitar o acesso de dado país ao sistema internacional.

No ano de 2014, a Federação Russa promoveu uma invasão militar ao território Ucrâniano e anexou a região da Crimeia, ocupando também a cidade de Sebastopol, sob a prerrogativa de defender a população étnica Russa na Ucrânia. Esta atitude alertou a comunidade internacional, que rapidamente aprovou múltiplas e variadas medidas restritivas à Rússia em retaliação à invasão. No ano de 2022, esse conflito atingiu uma nova fase, com o anúncio de uma nova “Ação militar especial” por parte da Federação Russa, que se desenvolveu para uma invasão em larga escala performada sobre o território da Ucrânia através das regiões de Donetsk e Luhansk, onde se concentram uma série de organizações separatistas pró-Rússia, com o governo de Kyiv passando a aplicar sua força militar em defesa do país.

Em face disso, novos pacotes de sanções foram implementados por atores como a União Européia e os Estados Unidos da América, buscando pressionar o governo Russo e o presidente Vladimir Putin a recuar e cancelar o avanço militar no território Ucrâniano. Todavia, neste mês de Novembro de 2023, 21 meses depois do início desta fase do conflito, os confrontos continuam, e as pressões para dissuadir a atitude do governo Russo ainda não alcançaram um resultado positivo.

Este trabalho tem como objetivo utilizar a guerra Russo-Ucraniana como lente para explorar a ação, efetividade, e potenciais impactos em múltiplos atores em face da aplicação de sanções comerciais como mecanismo de dissuasão e mitigação de conflitos armados. Como este é um conflito ainda em andamento cujos maiores desenvolvimentos progridem ainda no presente, este trabalho também tentará acomodar exemplos comparativos de outros casos em que sanções comerciais foram utilizadas como ferramentas de dissuasão. Busca-se também diferenciar as sanções comerciais de outros tipos de medidas restritivas.

Em termos de efetividade, este trabalho observará como a economia do país-alvo é afetada por medidas restritivas, com foco nas medidas de natureza comercial, e avaliar se as mesmas acarretam ou não em potenciais mudanças de atitude e posicionamento dos governos nacionais dos países alvos em relação ao conflito. Avalia-se como as economias nacionais tanto do país-alvo como de outros estados são capazes de se adaptar em face ao novo cenário de restrições e mitigar potenciais efeitos negativos gerados pela mesma. Ao fim desse trabalho, busca-se utilizar-se da análise feita para sugerir propostas futuras com relação à abordagem de atores internacionais em face a cenários de conflito, considerando também a possibilidade de que as soluções encontradas ainda se encaixem nas abordagens que já estão sendo tomadas até o presente momento da confecção deste texto.

## **2 - A Origem do Conflito**

A fim de compreender como o conflito Russo-Ucraniano chegou em seu atual estado, é necessário avaliar o contexto histórico em que ele se insere. A Ucrânia é um país composto majoritariamente por uma população de etnia eslava, tendo fronteiras terrestres com a Rússia, Bielorrússia, Hungria, Polônia e Romênia. Eslováquia e Moldávia. A Ucrânia era fragmentada entre territórios ocidentais, controlados pelo Império Austro-Húngaro, e territórios ao leste controlados pelo Império Russo. Todavia, esse cenário viria a mudar durante o período da 1ª Guerra Mundial, em que seus anos finais trouxe consigo a deposição do regime Tsar no Império Russo em 1917, assim como a dissolução do império Austro-Húngaro em 1918 (KUBICEK, 2008, p.79)

Em 1922, a Ucrânia passou a ser uma república soviética, a assim se manteve até 1991, quando a União Soviética foi desfeita e o estado Ucraniano ganhou sua dependência. Nessa seção, vemos o desenvolvimento político ucraniano pós-USSR, suas relações com a Rússia, passando pela crise ucraniana de 2013-2014 e a anexação da região da Crimeia pelo governo russo, e os desenvolvimentos que levaram a nova fase do conflito que se iniciou em 2022.

### **2.1 - Fim da União Soviética e Independência**

Com a dissolução da União Soviética em 1991, a Ucrânia finalmente se tornou um estado independente e soberano. Com esse novo status, porém, a população do recém-nascido estado Ucraniano teve de enfrentar uma nova série de desafios. Como um estado democrático de direito, eleições foram convocadas, e o povo ucraniano teve a responsabilidade de elevar

representantes que fossem capazes de construir do zero a infraestrutura jurídica do novo estado, assim como conseguirem promover as reformas necessárias para que o país pudesse se desenvolver e promover o bem-estar social.

O processo de statebuilding envolve múltiplos componentes. Há componentes pragmáticos, como o estabelecimento de fronteiras e a elaboração de uma constituição, como há elementos simbólicos, como a recuperação de mitos nacionais, a utilização da bandeira azul e amarela, assim como a promoção da língua ucraniana nas escolas e o apoio à Igreja Ortodoxa Ucraniana. Em Dezembro de 1991, Leonid Kravchuk foi escolhido para o cargo de presidência, sendo um antigo membro do partido comunista ucraniano, e em seu governo, ele buscou legitimar o status da Ucrânia como um país independente. Parte desse processo envolveu demonstrar sua independência da Rússia, primeiramente passando a promover a Comunidade de Estados Independentes (CEI), um grupo formado por ex-repúblicas soviéticas. Na Rússia, o presidente Boris Yeltsin reconheceu a independência da Ucrânia, todavia grande parte do parlamento Russo ainda mantinha a noção de que os territórios ucranianos deveriam fazer parte do estado Russo (KUBICEK, 2008, p. 142 e 143).

O governo de Kravchuk, porém, não conseguiu aplicar as reformas necessárias no meio econômico e político. A Ucrânia adotou uma nova moeda na tentativa de se afastar da zona de influência do rublo russo, porém problemas como corrupção e lenta expansão do livre-mercado comprometeram o desempenho econômico ucraniano, levando a problemas como hiperinflação e corte de relações comerciais com outras ex-repúblicas soviéticas. Ao mesmo tempo, Kravchuk buscava consolidar a sua própria autoridade ao estimular a formação de uma força patriótica que se concentraria no processo de statebuilding, clamando para que discordâncias fossem ignoradas em prol de um objetivo estratégico maior, e utilizava a figura do nacionalismo para defender-se de críticos, que por si também passaram a acusar os nacionais-democratas de complicidade com as tentativas de Kravchuk de abafar as discordâncias e de tentar transformar a mídia em um recurso de propaganda governamental (KUBICEK, 2008, p. 143).

Voltando a Rússia, em 1993 o presidente Boris Yeltsin enfrentou uma crise constitucional, em que o parlamento russo foi dissolvido, e com o apoio dos militares Yeltsin conseguiu evitar sua retirada do cargo. A potencial expansão da OTAN para a Europa Oriental era um assunto que Yeltsin já tinha discutido após a Polônia sinalizar seu interesse em integrar o grupo, com Yeltsin afirmando que entendia o desejo de Varsóvia em fazer parte do grupo. Porém, supostamente por pressão do grupo militar que o prestava apoio, Yeltsin mudou sua retórica, afirmando que seu apoio anterior à integração de países vizinhos à OTAN era



dependente da participação central no novo sistema de segurança europeu, afirmando também que não aceitaria a integração da Polônia ou dos demais países da Europa Oriental sem a inclusão simultânea da Rússia no grupo (WILSON, 2015, p. 137).

Em 1994, as eleições presidenciais trouxeram um embate entre Kravchuk, que tentou abafar o desempenho econômico negativo do seu governo abraçando a simbologia e discurso nacionalista, contra Leonid Kuchma, que apresentava laços mais fortes com a Rússia e buscou apoio nas regiões leste e sul do país, compostas de maioria étnica russa. No fim, Kuchma foi eleito, e em seu governo conseguiu aprovar uma nova constituição, estabelecer uma nova moeda nacional permanente, e estabelecer uma aproximação com a Rússia a partir da assinatura de um tratado de amizade (KUBICEK, 2008, p. 144).

Apesar de angariar certas vitórias, o governo de Kuchma ainda foi marcado por uma miríade de problemas. A questão da corrupção ainda era presente entre os cargos governamentais, enquanto a nova constituição apenas foi aprovada após Kuchma ameaçar anunciar um referendo que caso aprovado daria ao presidente poder para desfazer o parlamento. Dessa forma, a constituição deu mais poderes ao cargo presidencial, incluindo poder apontar ou demitir o primeiro-ministro assim como outros oficiais do estado. Kuchma usou esses recursos para apontar seus aliados próximos a múltiplos cargos no governo, na tentativa de consolidar seu poder. Ademais, as reformas políticas e econômicas promovidas por Kuchma foram muito menos radicais do que era esperado, e o país se manteve com um desempenho econômico pouco satisfatório. (KUBICEK, 2008, p. 146 e 147).

Uma questão territorial importante na Ucrânia se refere à Crimeia. O território da Crimeia tradicionalmente era integrado à Rússia antes da formação da União Soviética, enquanto a Ucrânia no passado tinha partes de seu território divididos entre a Polônia e a Hungria. Apesar disso, em 1954, o então presidente soviético Nikita Khrushchev transferiu a administração territorial da Crimeia à Ucrânia soviética, o que a priori foi mantido durante a fragmentação da USSR, mas mesmo antes desse acontecimento, a Crimeia já via mobilizações separatistas se formando desde 1989. Quando a União Soviética foi desfeita, o governo provisório enviou à população um referendo sobre a potencial independência do estado ucraniano. A Crimeia, que tinha 67% da sua população de etnia Russa em 1991, teve 54% de votos em favor da independência ucraniana, menos do que em outras regiões do país. Então, em fevereiro de 1991, a Crimeia foi declarada como uma região autônoma ainda existente no território Ucrâniano, passando a ter seu próprio presidente e parlamento. (KUBICEK, 2008, p. 152 e 153).

Em maio de 1992, o parlamento da Crimeia declarou a região como independente, e enviou um referendo sobre o assunto, que foi apoiado por muitos indivíduos russos influentes, incluindo o então vice-presidente da Rússia Aleksandr Rutskoi. Todavia o governo ucraniano não reagiu positivamente à esse movimento, declarando o separatismo ilegal, mas ao mesmo tempo passando uma lei que garantia maior autonomia à região, também anunciando uma assistência financeira à mesma. Apesar disso, o movimento separatista na Crimeia continuou, e em 1994 um candidato pró-Rússia, Yuri Meshkov, foi eleito ao cargo de presidente, e aprofundou o processo de aproximação da Rússia. Novamente, a Ucrânia teve uma resposta negativa a esse cenário, e durante o primeiro ano do governo Kuchma em março de 1995, o parlamento ucraniano votou pela abolição da constituição da Crimeia assim como o posto de presidente, colocando a região novamente sob a administração do governo nacional. A Crimeia não tinha forças militares para resistir a esse movimento, e o apoio russo não resultou em uma incursão militar contra a Ucrânia naquele período, com a população vendo pouco sentido em protestar sem a possibilidade de mudanças naquele momento em que até mesmo as demais regiões ucranianas não apoiavam o movimento separatista, já que pesquisas apontavam que tanto populações de etnia ucraniana como as de etnia russa em demais regiões apoiavam a manutenção das bordas estabelecidas após a independência ucraniana (KUBICEK, 2008, p. 153).

Já no governo Kuchma, mesmo sob condições desfavoráveis com base no fraco desempenho econômico, continuidade da corrupção e concentração de autoridade, as mudanças legislativas e o estabelecimento de uma constituição favorável deram a Kuchma a oportunidade de manter sua posição com a chegada das eleições de 1999, primeiramente com a morte repentina de um de seus potenciais rivais nas eleições, Viacheslav Chornovil, que faleceu em um acidente de carro. Kuchma também usou os recursos administrativos do governo para atacar figuras de oposição e censurar veículos midiáticos favoráveis a outros candidatos. Mesmo com a opinião pública desfavorável ao seu governo, Kuchma se reelegeu (KUBICEK, 2008, p. 147 e 148). No início de seu novo mandato, Kuchma apontou o ex-presidente do Banco Nacional Viktor Yushchenko para o cargo de Primeiro-Ministro. Sob sua liderança, a Ucrânia conseguiu renegociar suas dívidas externas e prevenir a re-exportação ilegal de óleo russo, que enriquecia as oligarquias do país. Yushchenko também promoveu uma reforma tributária, beneficiando o crescimento de pequenas empresas e suspendendo cortes tributários que beneficiam as oligarquias, e todo esse processo proporcionou um crescimento de 6% da economia ucraniana em 2000. Ao mesmo tempo, Kuchma continuou seus esforços para consolidar seu poder, conseguindo aprovar um

referendo que limitava mais o poder e influência do parlamento, em um resultado que foi considerado por muitos observadores na Ucrânia como uma fraude (KUBICEK, 2008, p. 159).

Todavia em Novembro de 2000 um opositor político de Kuchma, Oleksandr Moroz, acusou-o de ordenar a morte do jornalista Georgii Gongadze, um crítico ferrenho dos abusos de poder do governo Kuchma, e apresentou como prova uma fita gravada secretamente dentro do gabinete presidencial que incriminava Kuchma como o possível mandante do crime, sendo esta gravação feita pelo Major Mykola Melnychenko, um segurança do palácio presidencial. Não sabia-se se Melnychenko teria feito essa gravação por ordem de alguém ou por iniciativa própria, mas de qualquer forma essa nova evidência trouxe um impacto negativo a imagem de Kuchma, que continuou a piorar nos meses seguintes quando o Major revelou novas fitas contendo evidências de Kuchma ordenando fraudes eleitorais, a intimidação de juízes e oficiais, supervisão de um esquema de lavagem de dinheiro, e complicidade com a morte de Viacheslav Chornovil antes das eleições de 1999. (KUBICEK, 2008, p. 159).

Após uma resistência inicial, Kuchma eventualmente confessou que era sua voz de fato na fita, porém ele ainda defendia a ideia de que o conteúdo contido nela era alterado. Esse caso, que veio a ser apelidado de “Kuchmagate” teve tanto repercussões domésticas quanto internacionais, com a União Europeia exigindo uma investigação sobre a morte de Gongadze, e os Estados Unidos cortado sua assistência econômica ao país após as gravações apontarem a existência de negociações comerciais de armamentos entre a Ucrânia e o Iraque. Ao mesmo tempo, Kuchma continuou sua aproximação com a Rússia (KUBICEK, 2008, p. 160). (KUBICEK, 2008, p. 160). O “Kuchmagate” levou a um grande movimento de oposição ser formado, que por si veio a promover apoio a políticos de oposição, incluindo um ex-primeiro-ministro do governo de Kuchma, Viktor Yushchenko assim como Yulia Tymoshenko, que era associada com caso de corrupção ligados ao setor de energia nos anos 1990. Em 2001 Yushchenko formou o partido “Nossa Ucrânia”, que nas eleições parlamentares de 2002 conseguiu 70 cadeiras no parlamento, menos do que as 119 cadeiras do partido de Kuchma mas já representando uma maior presença de figuras de oposição no parlamento (KUBICEK, 2008, p. 160 e 161).

Nas eleições presidenciais de 2004, ocorreu uma série de eventos que viriam a ser conhecidos como “Revolução Laranja” em referência às cores oficiais da campanha de Yushchenko. O parlamento rejeitou uma emenda constitucional elaborada por Kuchma para que ele fosse elegível a um terceiro mandato, o que o forçou a escolher um candidato que fosse capaz de prosseguir com seu processo de consolidação de poder. O escolhido foi Viktor

Yanukovych, naquele momento o primeiro-ministro de Kuchma, enquanto a oposição apostou no próprio Viktor Yushchenko da Nossa Ucrânia como candidato, com o processo eleitoral também contando com um grande número de observadores internacionais com o objetivo de evitar possíveis fraudes dos quais múltiplos processos eleitorais ucranianos no passado foram acusados de sofrer (KUBICEK, 2008, p. 165 - 167).

O processo ainda assim foi complicado, passando até mesmo por um incidente em setembro em que Yushchenko deu entrada em uma clínica na Áustria com um aparente caso de intoxicação alimentar, cujos os exames eventualmente apontaram para uma provável tentativa de envenenamento. Mesmo com pesquisas feitas meses antes das eleições indicando a vitória de Yushchenko, Yanukovych continuou empenhado na campanha, prometendo nacionalidade dupla Ucraniana e Russa a cidadãos de etnia russa e falantes da língua, oferecendo também maiores pensões, e tentando passar a imagem de Yushchenko como um nacionalista ucraniano radical e submisso aos interesses dos Estados Unidos. (KUBICEK, 2008, p. 168 e 169).

No primeiro turno das eleições tinham 24 candidatos, mas como o esperado Yushchenko e Yanukovych se mantiveram à frente, em primeiro e segundo lugar respectivamente. Yushchenko, porém, não alcançou os 50% + 1 votos necessários para sua vitória imediata, tendo que então competir em um 2o turno com Yanukovych. Observadores do processo notaram uma série de irregularidades nas urnas, mas mesmo assim o processo prosseguiu. No 2o turno, novos problemas foram novamente apontados, e a campanha de Yushchenko apresentou evidências de tentativas de fraude pela campanha de Yanukovych. Mesmo com uma vantagem inicial de Yushchenko, Yanukovych foi eventualmente declarado vencedor com três pontos de vantagem, sendo também parabenizado pelo presidente Putin da Rússia. Todavia, as claras evidências de fraude eleitoral provocaram uma série de protestos pelo país que foram marcados pela presença da cor laranja da campanha de Yushchenko utilizada por seus apoiadores. Enquanto Yushchenko acusava seu oponente de fraude, a campanha de Yanukovych acusava-o de estar tentando fazer um golpe de estado. Em 3 de dezembro, após quase 2 semanas de tumulto, o parlamento ucraniano anulou a vitória de Yanukovych e declarou que novas eleições seriam realizadas. Com 300.000 observadores ucranianos e 12.000 observadores garantindo um processo legítimo, Yushchenko foi declarado vencedor com 52% dos votos, e em 25 de Janeiro de 2005 se tornou o novo presidente da Ucrânia (KUBICEK, 2008, p. 169 - 173).

## 2.2 - Fase Atual

A vitória de Yushchenko foi alcançada através de uma coalizão que buscou colaborar em prol do estabelecimento de um novo governo que conseguiria fugir da concentração de poder que Kuchma estabelecia. Foi dentro desta coalizão que novas divergências começaram a surgir já no início do novo governo. com o estabelecimento de Yulia Tymoshenko no posto de primeira-ministra, ela priorizava a retomada de processos de privatização pausados nos anos 1990, ao mesmo tempo em que estimulava o aumento do gasto governamental. Ao mesmo tempo, o presidente Yushchenko defendia uma pauta de livre-mercado, e em 2005 Yushchenko nomeou Petro Poroshenko como líder do Conselho de Segurança Nacional e defesa, conferindo a ele também poderes que o permitia dar ordens aos ministros governamentais, incluindo Tymoshenko. Ademais, diversos casos de corrupção ainda surgiam em múltiplos níveis governamentais, incluindo o presidente e ministros Tymoshenko e Poroshenko, e em meio ao governo praticamente paralizado, Tymoshenko foi substituída (KUBICEK, 2008, p. 173 e 174).

Em 2006, as eleições parlamentares colocaram o partido de Yushchenko, Nossa Ucrânia, com o 3o maior número de cadeiras, enquanto o Partido das Regiões (Partido de Kuchma e Yanukovych) ficou com o maior número de cadeiras. Em Julho de 2006, o presidente do parlamento nomeou Viktor Yanukovych, que não foi processado judicialmente pelos crimes eleitorais de 2004, para o cargo de primeiro-ministro, e mesmo com protestos de aliados de Yushchenko o presidente aceitou a nomeação por medo do que uma nova rodada de eleições poderia trazer. O presidente e o primeiro-ministro, rivais na campanha de 2004, tinham inúmeras discordâncias que interferiram no prosseguimento do governo. Foi acordado entre o Nossa Ucrânia e o Partido das Regiões que novas eleições parlamentares ocorreriam em setembro de 2007. O Partido de Regiões e o Nossa Ucrânia mantiveram um número semelhante de assentos, porém o partido de Tymoshenko (BYuT) ganhou espaço, e formou um governo de coalizão com o Nossa Ucrânia (KUBICEK, 2008, p. 178 - 180). Em 2010, houveram novas eleições presidenciais, em que Yushchenko, Yanukovych e Tymoshenko se candidataram. Yushchenko terminou em 5o lugar no primeiro turno, enquanto Yanukovych e Tymoshenko prosseguiram para um segundo turno. No fim, Yanukovych venceu as eleições.

No início da presidência de Yanukovych, a economia ucraniana brevemente se recuperou da recessão europeia de 2009, todavia esse período de recuperação durou apenas até 2011, e em 2012 a política econômica de Yanukovych que em parte buscava beneficiar as

oligarquias ucranianas cessou o crescimento da economia ucraniana<sup>1</sup>. Ainda no ano de 2012, o governo ucraniano conseguiu elaborar um acordo para a entrada na União Europeia, que vinha sendo elaborado desde 2007. Na Rússia, a perspectiva de assinatura deste acordo era visto de forma hostil, já que um dos principais destaques da campanha de reeleição de Vladimir Putin era o projeto de União Econômica Eurasiática (WILSON, 2015, p. 98-100). Yanukovych mantinha a sua posição pró-Rússia, e em Junho de 2010 o parlamento Ucrâniano (Com maioria do Partido das Regiões, ao qual Yanukovych pertencia) votou por abandonar as perspectivas de entrada na Otan. Em Novembro de 2011, a ex-primeira-ministra Tymoshenko foi presa sob a acusação de abuso de poder, devido a um acordo feito por ela com a Rússia tratando da importação do gás russo para a Ucrânia, por um preço considerado exageradamente alto. Em Abril de 2013, a Corte Europeia de Direitos Humanos declarou a sentença de Tymoshenko como ilegal, o que afetou diretamente as negociações ucranianas com a União Europeia, iniciadas em 2008 e que tiveram um grande progresso em 2012 com o estabelecimento de acordos com a Associação de Livre-Comércio em Bruxelas. (RUTLAND, 2015, p. 128-129)

Os parlamentares europeus estavam divididos entre aplicar sanções à gestão de Yanukovych ou não, pela possibilidade de uma ação desse tipo empurrar a Ucrânia na direção da esfera de influência Russa. Ao mesmo tempo na Rússia, Vladimir Putin via a entrada da Ucrânia na UE como uma contradição ao seu próprio plano de união econômicas com as ex-repúblicas soviéticas, que já contava com o apoio de países como Bielorrússia, Cazaquistão, Armênia e Quirguistão. Nesse cenário, a União Europeia decidiu seguir em frente com o acordo, mesmo com receios quanto ao estado da democracia na Ucrânia, todavia adicionando a libertação de Yulia Tymoshenko como uma condição para o fechamento do acordo final. Já Putin aumentou a pressão sobre a Ucrânia em julho, ao banir a importação de chocolates da empresa ucraniana Roshen (RUTLAND, 2015, p.129). No fim, em Novembro de 2013, Yanukovych optou por não assinar o acordo com a União Europeia, ao mesmo tempo que o parlamento ucraniano rejeitou a demanda europeia pela libertação de Tymoshenko. Esse movimento tomou a população ucraniana de surpresa, levando a uma série de protestos que se estenderam pelo inverno. A Rússia, em apoio ao governo de Yanukovych e tentando evitar o desgaste do mesmo, enviou incentivos ao país, como o empréstimo de US\$15 Bilhões, e cortou o preço do gás exportado para a Ucrânia de US\$400,00 para US\$268,00 por 1000 m³. Mesmo com esses incentivos, a população ucraniana se manteve altamente insatisfeita com as situações, com a escala dos protestos crescendo exponencialmente, em um evento que viria a

<sup>1</sup> <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?locations=UA>

ser chamado de “Euromaidan” (“Maidan” significa “Praça, em referência a Praça da Independência onde grande parte dos protestos aconteciam) (RUTLAND, 2015, p. 129-130).

Após um longo inverno de fortes confrontos entre protestantes e forças do governo, em 21 de fevereiro de 2014 Yanukovich pegou um voo para Moscou, o que foi tomado pelo parlamento ucraniano como um abandono do posto e de seus deveres constitucionais como presidente, votando pela sua expulsão do cargo e elegendo o então presidente do parlamento, Aleksandr Turchynov, ao posto de presidente interino, ao mesmo tempo que convocará novas eleições para maio do mesmo ano. Com a saída de Yanukovich, um político pró-Rússia, e a entrada de um novo governo que potencialmente atenderia a exigência dos protestantes do Euromaidan pela aproximação com a OTAN e a União Européia, o governo Russo tomou medidas rápidas (RUTLAND, 2015, p. 130).

Como explicado anteriormente, a Crimeia era uma região de maioria étnica russa, que historicamente era integrada ao antigo império russo e apenas foi transferida para a Ucrânia em 1954 por uma decisão administrativa da liderança soviética. A região recebeu autonomia administrativa pela Ucrânia em 1991, que permaneceu até 1995, quando movimentos separatistas na Crimeia reintegraram a região à administração nacional. Além da Crimeia, outras duas regiões ucranianas tinham laços fortes com a Rússia, sendo estas as províncias de Donetsk e Lugansk, que por si integram a região de Donbass, no leste do país, e que durante o Euromaidan, também foram palco de uma série de protestos contra o governo de Kyiv. Em 23 de Fevereiro, Putin retirou o embaixador russo de Kyiv, e a partir de dia 25 as forças militares russas começaram a se movimentar para cercar a região da Crimeia, ao mesmo tempo em que uma forte campanha online financiada pelo governo russo defendia esse movimento em prol da garantia de segurança da população russa na Crimeia (RAMOS ; FILIPE, 2019, p. 32 e 33). Em 16 de Março, a Rússia oficialmente anexou a região da Crimeia, o que tomou a comunidade internacional de surpresa, que em resposta buscou aplicar sanções “inteligentes” por parte dos Estados Unidos e a União Européia, estabelecendo bloqueios judiciais e proibindo viagens à políticos Russos diretamente ligados à anexação da Crimeia (RUTLAND, 2015, p. 130) e em 24 de março, os líderes do G8 votaram pela suspensão da Rússia do bloco (APARECIDO; AGUILAR, 2022, p. 8)

Em 21 de Maio de 2014, o governo interino ucraniano assinou a associação política no acordo com a União Européia, com as seções econômicas do tratado sendo assinadas em 21 de Junho do mesmo ano (RUTLAND, 2015, p. 130), ao passo em que no leste da Ucrânia, intensos confrontos entre movimentos separatistas da região de Donbass e o exército ucraniano aconteciam, com grupos armados pró-rússia tomando territórios nas províncias de

Donetsk e Luhansk. Em setembro de 2014, a Rússia, Ucrânia e os grupos separatistas em Donbass assinaram um cessar-fogo realizado na cidade de Minsk na Bielorrússia sob o mandato da Missão Especial de Observação da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) (APARECIDO; AGUILAR, 2022, p. 8)

Nos próximos anos, a escalada de tensões entre o governo ucraniano e russo continuou. Em 2017 o acordo assinado entre a Ucrânia e a União Europeia em setembro de 2014 foi ratificado, confirmando a aproximação econômica entre os dois. Em março de 2019, as eleições presidenciais ucranianas tiveram como resultado a derrota do então presidente Petro Poroshenko (Eleito nas eleições de maio de 2014 após o exílio de Yanukovych) e a ascensão de Volodymyr Zelensky ao cargo. Em 2021, a escalada de tensões chegou a uma nova fase, quando em 20 de Junho o presidente Putin declarou que o apoio militar ocidental à Ucrânia causaria “problemas de segurança significativos” para a Rússia, e três dias depois a Rússia deu tiros de aviso em direção à uma embarcação britânica no Mar Negro, próximo da península Ucraniana, que ocorreu dias antes de exercícios navais que a OTAN planejava fazer no mesmo local (APARECIDO; AGUILAR, 2022, p. 8).

Em novembro, o governo Russo enviou 100.000 tropas para a fronteira com a Ucrânia, que levou o governo ucraniano, a Europa e os Estados Unidos acusaram o governo russo de estar planejando uma invasão em larga escala, algo que foi negado pelo mesmo afirmando que o movimento tratava-se de um exercício militar feito em resposta aos “exercícios militares provocativos” feitos pela OTAN no Mar Negro. e no dia 28 do mesmo mês, Moscou acusou o governo de Kyiv de enviar tropas para a fronteira leste da Ucrânia. Após uma reportagem do jornal americano “Washington Post” publicada em Dezembro de 2021 denunciar uma potencial invasão russa com 175.000 soldados planejada para o início de 2022, o presidente americano Joe Biden afirmou no dia 7 em uma reunião bilateral com Putin que aplicaria duras sanções econômicas na Rússia caso a invasão acontecesse, e em resposta o governo russo apresentou dois projetos com o objetivo de proibir qualquer expansão da Ucrânia para os países da antiga esfera de influência soviética. No dia 16 do mesmo mês a União Europeia também prometeu duras consequências no caso de uma invasão, e 1 semana depois, Putin respondeu reforçando que a expansão da OTAN para o leste era inaceitável e exigindo “garantias de segurança” (APARECIDO; AGUILAR, 2022, p. 8 e 9).

Em 18 de Janeiro de 2022, a Rússia enviou soldados para Bielorrússia, e no mesmo dia o governo americano anunciou um apoio de US\$200 Milhões para a Ucrânia. No dia 21, o embaixador Anthony Blinken dos Estados Unidos e Sergey Lavrov da Rússia se encontraram em Genebra, aonde o embaixador russo afirmou que a Rússia não iniciaria uma guerra ao



passo que os americanos prometeram atender as demandas de segurança da Rússia. No dia 24, os Estados Unidos confirmaram a possibilidade de enviar tropas para a Europa Oriental, enquanto a OTAN também anunciou que iria reforçar seu flanco oriental, ações essas que foram denunciadas como “histeria” pelo presidente Russo. No dia 12 de fevereiro, a Ucrânia apontou que o alerta dos Estados Unidos sobre a agressão russa causaram pânico, porém ao mesmo tempo tropas russas realizavam novos exercícios militares no Mar Negro, ao passo que Moscou anunciava uma redução da sua presença diplomática em Kyiv. No dia 16, um anúncio do Kremlin do início da retirada de tropas da fronteira Ucraniana parecia apontar para a desescalada nas tensões, todavia o número incerto de tropas retiradas manteve um cenário de desconfiança por parte do Ocidente e setores do governo ucraniano (APARECIDO; AGUILAR, 2022, p. 8 e 9).

Apesar da aparente redução das tensões, no dia 21 de Fevereiro de 2022 o presidente russo Vladimir Putin reconheceu as regiões de Donetsk e Luhansk como repúblicas independentes, e anunciou o envio de tropas russas para essas regiões. No dia 23 o Conselho de Segurança da ONU se reuniu a fim de debater a nova fase da crise e pedir à Rússia (Que é um membro permanente do Conselho de Segurança) para que não atacasse a Ucrânia. Apesar desse esforço, no dia 24 de Fevereiro o presidente Putin anunciou o início de uma “Operação militar especial” na região de Donbass, acusando o governo ucranino de atacar e oprimir a população da região (Principalmente a população étnica Russa) e alegou que o objetivo da operação era “Desmilitarizar e desnazificar” o país, em prol da defesa do povo russo (APARECIDO; AGUILAR, 2022, p. 9). Com isso, a Guerra Russa-Ucraniana teve início, representando uma nova fase deste prolongado conflito que continua a se desenvolver na data onde este trabalho está sendo escrito.

### **3 - Os Tipos de Sanções**

A origem do estabelecimento de regimes de sanções multilaterais no sistema internacional contemporâneo remete à criação da Liga das Nações em 1919, e posteriormente pela fundação da Organização das Nações Unidas e o estabelecimento do seu conselho de segurança. Uma das definições possíveis para o conceito de sanção pode configurar-se da seguinte forma: “A sanção, em Direito, pode ser definida como a punição ou medida repressiva ou restritiva imposta visando à garantia do cumprimento de uma norma jurídica.” (BAUMBACH, 2014, p. 23), o conceito de Sanção também se diferencia do conceito de “Garantia”, no sentido de que uma sanção representa uma resposta posterior ao

descumprimento de uma regra jurídica ou obrigação, ao invés de tentar prevenir que dita violação ocorra em primeiro lugar. Ademais, argumenta-se também que a sanção no Direito Internacional não pressupõe necessariamente a ilegalidade do ato, devido ao fato das regras do Direito Internacional serem baseadas no costume, e portanto se expressam em proibições e permissões concretas, que não definem o conteúdo de ilegalidade envolvido. Esta ausência de precisão é, então, suprida pela decisão política de órgãos competentes (BAUMBACH, 2014, p. 24)

Outro aspecto crítico trata do caráter não auto-executável das sanções, ou seja, elas não podem ser aplicadas pela organização internacional, sendo a eficácia de um regime de sanções dependente em última instância da atuação dos estados individuais para que as mesmas sejam impostas. Ressalta-se, porém, que certas sanções podem ter um caráter auto-executável quando as mesmas tratam da expulsão de dados países-alvos da organização em questão. Ademais, sanções também podem assumir um caráter voluntário, ou seja, cuja decisão de sua aplicação se limita à esfera dos Estados, ou obrigatórias, em que os Estados membros da organização são compelidos a aplicar as medidas restritivas sob a possibilidade de punição caso esse tipo de demanda não seja cumprido (BAUMBACH, 2014, p. 26).

Deve-se destacar que, diferentemente das regras claramente estabelecidas em cenários de guerra, a lei internacional não estabelece limitações formais na forma, magnitude e imposição de sanções internacionais. No caso, a “aceitabilidade” de um regime de sanções depende primariamente do que a opinião pública mundial considera aceitável, que por si é influenciada pela tecnologia existente e as relações de poder estabelecidas entre as nações (DAVIS; ENGERMAN, 2003, p. 190).

No que tange os tipos específicos de sanções multilaterais mais comumente utilizadas, podemos dividi-las em categorias: Primeiramente temos as sanções econômicas, que por si podem ser subdivididas em subcategorias específicas, como Sanções Comerciais, o principal foco do presente trabalho, que tratam das medidas aplicadas sobre a importação e exportação de bens em um país alvo, e sanções financeiras, que tem como foco o fluxo monetário do país alvo, incluindo acesso a sistemas bancários e financeiros. Outras categorias comuns são sanções de transporte, que limitam a passagem de cidadãos de um país-alvo a territórios nacionais, também podendo ser direcionada a indivíduos específicos, sanções diplomáticas, que buscam isolar o país-alvo diplomaticamente através medidas como a retirada de missões estrangeiras e proibição da participação em reuniões e organizações internacionais. Há tipos de sanções militares, limitando ou cessando a comercialização de armamentos e retirando assistências militares no país-alvo, e por fim podem também ser

citadas sanções culturais, onde há a proibição de atividades de intercâmbio cultural com o país alvo, incluindo elementos como eventos esportivos e programas de intercâmbio estudantil. (BAUMBACH, 2014, p. 27 e 28)

Em seguida, detalharemos as Sanções de natureza econômica em mais detalhes, especificamente tratando das Sanções Comerciais e Sanções Financeiras.

### 3.1 - Sanções Comerciais

Sanções comerciais são um tipo de medida restritiva que busca afetar o fluxo comercial com dados países. A maior parte das sanções desse tipo trata-se de barreiras não-tarifárias, ou seja, limitações ao fluxo comercial que não envolve a aplicação de tarifas ou de quotas de importação e exportação. O uso de tarifas é possível, geralmente em adesão ao um regime maior de sanções, todavia o uso dessa ferramenta tende a ser usado, por exemplo, para incentivar o consumidor nacional a ter preferência por dados produtos com produção local ao aplicar uma tarifa de importação à tais produtos, aumentando seu custo final em frente ao produto nacional.

As barreiras não-tarifárias normalmente se tratam se banimento de exportação ou importação de dados produtos, ou no caso específico de exportação, o estabelecimento de um requerimento de licenças para a exportação, estabelecendo critérios requeridos para a venda desse produto a dado país. Esse tipo de medida restritiva também pode tomar uma forma mais generalizante e severa, no formato do Embargo comercial. Neste caso, geralmente há um bloqueio comercial mais extenso e comumente na íntegra das relações comerciais com os países alvos. Podemos também citar as medidas restritivas que tratam de embargos à comercialização de armamentos. No meio acadêmico, esse tipo de medida normalmente é classificado como um tipo de sanção militar, mas que se relaciona com o tópico de sanções comerciais pelo motivo de envolver a importação e exportação de bens desse caráter, apenas se focando especificamente no mercado de armas, com objetivo de gerar efeitos de natureza mais imediata ao limitar o acesso do país alvo a armamentos e munições que outrora seriam empregados em operações militares.

Apesar dessas medidas poderem ser tomadas individualmente, também é comum que estados atuem em conjunto com seus aliados em prol de estabelecer um regime de restrições multilaterais extensas, como no caso desse estudo podemos ver, por exemplo, na atuação conjunta do G7 (Grupo formado pela Alemanha, Canadá, Estados Unidos, Reino Unido, Itália, França e Japão) e União Europeia em frente a nova fase de agressões da Rússia contra a

Ucrânia iniciada em 2022, em que a partir em 11 de Março em uma primeira rodada de sanções<sup>2</sup>, o grupo aumentou as tarifas de importação de produtos russos como vodka e frutos do mar, assim como a exportação de bens de luxo<sup>3</sup>.

### 3.2 - Sanções Financeiras

Sanções financeiras consistem de medidas restritivas que tem como objetivo limitar ou bloquear cidadãos e órgãos de realizar transações com instituições financeiras de um país alvo e vice-versa. Esse tipo de medida também comumente impede as instituições de fazer investimentos no país aplicante, assim como impedir empresas nacionais de fazer o mesmo em relação ao país-alvo.

Também é comum associar a esta categoria medidas em que bancos nacionais sejam obrigados a congelar ou confiscar ativos de cidadãos ou indivíduos específicos do país-alvo. Em casos de ações multilaterais, os países aplicantes podem tentar excluir países-alvos de sistemas bancários internacionais. No estudo de caso deste trabalho, um exemplo dessa ação ocorreu quando entre os meses de fevereiro e maio de 2022, atores como a União Europeia, Estados Unidos, Canadá e Reino Unido removeram 8 bancos Russos do sistema SWIFT, uma sociedade cooperativa que oferece serviços relacionados a transações financeiras e pagamentos para bancos ao redor do mundo. Essa remoção também veio a incluir o Sberbank, o maior banco da Rússia, que inicialmente foi excluído das sanções antes de vir a ser incluído no sexto pacote de sanções promovidas pela União Europeia em Maio de 2022.

## 4 - O Uso de Sanções Comerciais em Cenários de Conflito

Ao longo da história contemporânea das organizações internacionais, regimes de sanções foram aplicados por múltiplas organizações em diversos casos-chave. No escopo desse trabalho, temos como foco o conflito ainda em progresso decorrente da invasão militar do território da Ucrânia executado pela Federação Russa, que se estende em sua forma atual desde Fevereiro de 2022, e que portanto ainda exhibe novos desenvolvimentos, e a análise deste caso se limita por seu status constantemente mutável. Portanto, para fim da avaliação do tópico da efetividade de sanções em cenários de conflito, devemos buscar em outros exemplos ao longo da história uma base para comparação e reflexão. Para tanto, serão utilizados dois exemplos: O regime de sanções aplicados à República do Iraque em reação a ocupação

<sup>2</sup> <https://www.piie.com/blogs/realtime-economics/russias-war-ukraine-sanctions-timeline>

<sup>3</sup>

<https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2022/03/11/fact-sheet-united-states-european-union-and-g7-to-announce-further-economic-costs-on-russia/>

continua do Kuwait, e o regime aplicado à República Islâmica do Irã em reação ao potencial descumprimento de obrigações internacionais no que tange o desenvolvimento de armamentos nucleares.

Como pode ser observado, um desses casos trata-se de uma reação a um estado soberano, enquanto o segundo exemplo observa um descumprimento de obrigações internacionais que não inclui uma investida militar imediata neste cenário. Esses exemplos estão sendo utilizados com o objetivo de ilustrar de forma mais clara a aplicação e impactos de regimes de sanções em casos que já receberam mais extensa avaliação acadêmica.

#### **4.1 - O Regime de Sanções contra o Iraque**

O caso do Iraque tem início nos anos 1980, quando em face de tensões crescentes, o Iraque invade o território do Irã em setembro de 1980, iniciando o conflito conhecido como Guerra Irã-Iraque, que duraria até 1988. O Iraque era um país primariamente dependente da exportação de Petróleo, e com o início da guerra e a subsequente destruição de muitas de suas instalações de refinamento de petróleo, o potencial de exportação do país logo caiu de 3,4 MDB (Milhões de Barris por Dia) em Agosto de 1980 para apenas 0.9 MDB em 1981 (ALNASWARI, 2001, p.3)

Ao final deste processo, no período pós-guerra, a economia Iraquiana estava menor e mais desorganizada, enquanto sua renda provinda da comercialização do petróleo havia sido reduzida para US\$11 Bilhões em 1988, comparado com US\$26 Bilhões em 1980. Em 1986, países da OPEP estabeleceram um sistema de cotas nos preços do petróleo, em um sistema em que a economia entre os países produtores estaria conectada, de forma que um aumento na produção de petróleo para além da cota estabelecida em um país representaria uma redução no valor do barril de petróleo nos demais. Todavia, países como o Kuwait e os Emirados Árabes Unidos não se limitaram a sua cota, expandindo sua produção de petróleo, com um dos produtores afetados sendo o Iraque. Para além da tensão em volta desse ocorrido, o Iraque também acusou o Kuwait de praticar a prática de “Perfuração Diagonal”, supostamente coletando petróleo advindo de áreas no território Iraquiano (ALNASWARI, 2001, p.4 e 5)

Com isso, em 2 Agosto de 1990, o Iraque decidiu iniciar uma invasão de larga escala do Kuwait, sendo visto como pelo governo Iraquiano como uma solução “Atalho” para mitigar sua crise econômica naquele momento. 4 dias depois, em 6 de Agosto de 1990, o Conselho de Segurança da ONU iniciou a primeira rodada de sanções contra o país. Um Fact Sheet provido pelo Conselho de Segurança da ONU em 2023 resume as restrições impostas

nesse momento, que são detalhadas no artigo de Alnasrawi (2001). Esse processo se iniciou com a introdução da Resolução 661, que incluem um embargo a todo o comércio internacional com o Iraque, incluindo à indústria de petróleo e de armas, uma suspensão de voos internacionais, um congelamento dos ativos financeiros mantidos pelo Iraque no exterior, assim como a suspensão de transações financeiras, com o objetivo de cortar o Iraque por completo da economia mundial.

Essa resolução teve um impacto imediato nos estoques de comida iraquiana, que importava cerca de 70%-80% dos seus alimentos, levando a um aumento no preço dos alimentos que variou entre 200% e 1800% entre agosto e novembro de 1990. Ademais, a resolução. Em Janeiro de 1991, uma coalizão liderada pelos Estados Unidos bombardeou bases aéreas iraquianas no Kuwait, que em conjunto com a fragilização da economia Iraquiana devido a Resolução 661, resultaria na libertação do Kuwait em Fevereiro de 1991.

## **4.2 - O Regime de Sanções contra o Irã**

A cadeia de eventos que levaria às medidas restritivas impostas no Irã tem seu início em 1967, quando o Irã assinou o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), que entrou em vigor em 5 de março de 1970. O compromisso do Irã com este acordo esse acordo seria suplementado pela assinatura do acordo de Salvaguardas estabelecido pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) em 1974, que permitia inspeções à instalações Iranianas em prol da garantia do cumprimento dos termos do TNPI (LAUB, 2015, p. 1).

Em 1979, porém, a Revolução Iraniana ocorreu no país, resultando no estabelecimento da República Islâmica do Irã, e levantando novas preocupações no meio internacional em relação à possibilidade do país não estar seguindo os compromissos do TNP. A primeira leva de medidas restritivas partiu em formato unilateral dos Estados Unidos, em resposta ao sequestro de diplomatas e outros oficiais da embaixada americana em Teerã (TOURINHO, 2015, p. 54). que envolveram um embargo à importação de petróleo, e também à comercialização de armas, foram estabelecidas restrições diplomáticas e de viagens, assim como outras sanções comerciais. Esse movimento foi expandido ao longo da década de 1980, com um total de 9 rodadas de sanções unilaterais, com seus objetivos também sendo expandidos para também retalhar contra o financiamento de grupos terroristas no Líbano por parte do Irã, assim como seu comportamento durante a Guerra Irã-Iraque (1980-1988).

Entre 1990 e 2005, os EUA continuaram a impor suas sanções, pressionando também seus aliados a fazerem o mesmo, mas a partir de 2006 uma nova fase deste processo se inicia

quando uma petição da AIEA chega ao Conselho de Segurança da ONU, que por sua vez passa a demandar ao Irã a suspensão de seu processamento e enriquecimento de urânio, assim como o cumprimento de suas pendências com a AIEA. Em Dezembro do mesmo ano, o Conselho de Segurança impôs suas primeiras sanções, que foram seletivas e focadas no programa nuclear Irâniano, limitando a comercialização e investimento em produtos relacionados ao processo de proliferação nuclear e produção de mísseis balísticos. Em conjunto com as restrições limitadas do conselho de segurança da ONU, o regime de sanções unilaterais dos EUA também alcançaram uma nova fase, que trata da extra-territorialização das restrições, no qual o governo essencialmente forçava a iniciativa privada a tomar parte no regime de sanções, a estratégia buscava dificultar as operações do Irã no mercado internacional, ao forçar qualquer instituição financeira operando nos Estados Unidos a se adequar a novos padrões regulatórios relativos aos seus negócios com empresas e instituições financeiras iranianas. (TOURINHO, 2015, p. 56)

A quarta fase de sanções internacionais iniciou-se em 2010, quando a União Europeia começou a aplicar suas restrições, que começaram gradualmente, com restrições a bancos envolvidos no programa nuclear iraniano mas logo se expandiu em 2012, com restrições abrangentes ao comércio e transporte de petróleo e gás natural, assim como medidas direcionadas ao setor financeiro.

Em termos de efetividade, tanto Laub quanto Tourinho avaliam que este processo trouxe consigo impactos significativos na economia Iraniana. Partindo das restrições feitas no setor financeiro e petrolífero pela UE, Tourinho destaca a estimativa de que houve uma redução de aproximadamente 50% da receita do país proveniente do petróleo, e no mesmo ano (2012) o PIB per capita caiu em 8%, com a inflação aumentando em cerca de 10% e o desemprego se aproximando de 20% (TOURINHO, 2015, p. 57). Já Laub cita uma estimativa do então Secretário do Tesouro americano, Jacob Lew, em que a economia Iraniana em 2012 teria sido reduzida em 15%-20% em comparação à um cenário em que as sanções não fossem implementadas, ademais, o novo regime de sanções também teria causado US\$160 Bilhões em prejuízos no setor petrolífero. Ademais, o valor do Rial (Moeda Iraniana) reduziu-se em 56% entre Janeiro de 2012 e Janeiro de 2014, e no mesmo período a inflação chegou a 40%. (LAUB, 2015, p.5)

Apesar disso, deve-se salientar um ponto que Tourinho também cita, em que o impacto econômico de um regime de sanções não equivale necessariamente à efetividade do dito regime. Esse aspecto deve ser medido pelo rol de objetivos políticos alcançados. No caso, o Irã veio a alterar suas políticas devido a uma série de fatores, incluindo deficiências

estruturais na economia, má gestão de recursos públicos, e os vários regimes de sanções pelos quais foi subjugado. Apesar disso, o governo iraniano já empregava a partir de 2006 táticas para mitigar os efeitos das recorrentes rodadas de sanções a qual era submetido. O governo buscou associar o sistema bancário iraniano à redes informais em prol da continuidade de sanções internacionais, aumentassem a capacidade de seus setores industriais, com fim de prover para a população mais pobre, e sobretudo de forma que mantivesse uma balança comercial favorável ao restringir o uso de moedas estrangeiras e de importações (TOURINHO, 2015, p. 58).

Outra tática citada por Tourinho como uma característica de governos autoritários envolve distribuir seus recursos escassos entre aliados, justificar a punição de opositores internos, e em última instância reforçar estruturas governamentais e semi-governamentais. (TOURINHO, 2015, p. 58). Neste cenário, há um desequilíbrio entre os impactos políticos e sociais no país alvo, que por consequência reforçam o ponto citado anteriormente, em que os impactos econômicos decorrentes de regimes de sanções não podem ser usados como medidor de efetividade, pois os mesmos não implicam necessariamente no sucesso dos objetivos políticos desses regimes.

## **5 - O Uso de Sanções na Guerra Russo-Ucraniana**

Como anteriormente delineado, este trabalho utiliza como lente de estudo o conflito decorrido da invasão da Federação Russa no território da Ucrânia. Apesar das primeiras incursões militares russas no território ucraniano terem tido início na ocupação Russa da península da Crimeia em 2014, a invasão em larga escala do território Ucraniano pelas regiões de Donetsk e Luhansk iniciada em Fevereiro de 2022 acaba por tomar a posição de destaque em termos de qual fase do conflito a literatura atual sobre o assunto se foca. Sendo uma situação ainda em desenvolvimento durante o período em que este estudo está sendo feito, há limitações na capacidade de análise deste cenário por parte dos autores. Análises feitas com meses de diferença podem produzir conclusões completamente diferentes ao passo que o conflito se desenvolve e muda. Apesar disso, busco neste estudo avaliar as mudanças econômicas e comerciais ocorridas ao longo período cronológico desde o início da nova fase de confrontos em fevereiro de 2022, possibilitando avaliar como a Rússia lidou com as rodadas de sanções aplicadas a si e as potenciais adaptações a esse cenário.

A definição de “Efetividade”, admitidamente pode ser elusiva. Sob a perspectiva de um conflito em progresso, a “efetividade” de regimes de sanções geralmente pode ser definida



não apenas como a eficácia com qual ditas medidas são capazes persuadir um país alvo a não manter ou agravar um comportamento de agressão armada, mas como as mesmas são capazes de pressionar o mesmo a desistir de sua investida militar em definitivo. Do ponto de vista de medidas econômicas, isso geralmente decorre de restrições aplicadas a múltiplos setores da economia dos países-alvos sendo capazes de gerar um déficit nessas áreas em nível suficiente para que as desvantagens de manter uma posição de agressão acabam por proporcionalmente superar os potenciais benefícios de uma potência vitória do país alvo na disputa armada a qual ele investe. Deve-se deixar claro, porém, que os atores individuais que compõem a hierarquia de poder na liderança de dado país não são atores estritamente racionais, havendo a possibilidade mesmo um cenário aparentemente desvantajoso não sendo o suficiente para dissuadir tais indivíduos de manterem ou agravarem seu comportamento.

Voltando ao tópico focal deste estudo, uma análise inicial do regime de sanções aplicadas em 2022 foi o artigo “How effective are sanctions against Russia?” de autoria de Gary Clyde Hufbauer e Megan Hogan para o Peterson Institute of Economics, publicado em 16 de março de 2022. No artigo, os autores avaliam o cenário de sanções em quatro diferentes níveis de Efetividade. O primeiro, a deterrência, trata-se da capacidade de atores internacionais em desestimular potenciais ações de agressão por parte de um país alvo através do recurso da ameaça com a possibilidade de retaliação por tal ação. Nesse caso, os autores defendem que houve uma incapacidade dos líderes mundiais de demonstrar claramente quais potenciais retaliações à Rússia sofreria caso decidisse tomar ação, citando por exemplo o discurso do presidente americano Joe Biden feito em Dezembro de 2021, prometendo “Sanções de Alto-Impacto” contra potenciais avanços da Federação Russa mas sem divulgar detalhes específicos dessas medidas (HUFBAUER.; HOGAN, 2022).

A segunda fase de efetividade delimitada pelos autores é do “Enforcement”, ou seja, o ponto em que agressões foram iniciadas e pacotes de sanções começam a ser autorizados pelos presidentes e primeiros ministros dos países envolvidos e oficiais desses estados começam a executar essas medidas. Tal procedimento busca não apenas limitar o fluxo de bens e monetário entre o país alvo e seus parceiros comerciais, como também tenta impedir que o país alvo encontre formas de encontrar brechas e alternativas no que consta este fluxo comercial. Naturalmente, uma limitação no fluxo de bens acarreta no aumento do custo de bens importados e redução de valor de bens exportados, o que leva o país alvo a praticar o ato de contrabando e evasão como algumas formas de compensar esse cenário, algo que os autores consideram como uma linha de comportamento sustentável, mas limitada pela atuação de órgãos de proteção alfandegária.

A terceira fase, que é o foco deste estudo, trata da efetividade da punição econômica contra o país alvo. Os autores citam que historicamente no último século, raramente regimes de sanções implicam em uma queda maior que 10 pontos percentuais do Produto Interno Bruto (PIB) do país alvo, e mais comumente a aplicação de restrições implica em uma queda de cerca de 5% do PIB nesses cenários. Todavia, os autores destacam:

“Unlike many targets, Russia had a flourishing stock market and a convertible ruble before the invasion. Between February 20, 2022, just before Moscow's recognition of the two ersatz republics, and March 11, 2022, the ruble collapsed from 77 per US dollar to 117 per US dollar, a drop of [35 percent](#). Shortly after the invasion of Ukraine, Russia closed its stock market. Rich Russians lost substantial paper wealth” (HUFBAUER.; HOGAN, 2022)

Nesse momento, previa-se um índice de inflação de 20%, e citam previsões em que a economia Russa sofreria uma redução de 8 pontos percentuais no ano de 2022. Todavia, como apontado pelo infográfico publicado pelo Conselho da União Europeia em Abril de 2013, a economia russa sofreu um declínio de 2.5% em 2022 em relação ao ano anterior, enquanto dados estatais Russos compilados na Trading Economics indicam que a inflação em 2022 alcançou um máximo de 17.8% em Abril, antes de começar a cair, chegando a 11.9% em Dezembro do mesmo ano e a 3.5% em Março de 2023<sup>4</sup>.

Seguindo a estrutura proposta, a quarta face da efetividade seria a da reabilitação, que, em conjunto com a dissuasão, é uma das duas metas centrais de um regime de sanções, em que o país alvo cessa suas agressões e se retira do conflito. Nesta lógica, a perspectiva de punição deve inspirar dissuasão, enquanto a imposição da punição propriamente deve forçar a reabilitação. Neste caso, determina-se que essa reabilitação se daria com a retirada de tropas assim como a retirada do reconhecimento das províncias de Luhansk e Donetsk como repúblicas independentes e estados soberanos, reconhecimento este feito em 21 de Fevereiro de 2022. Nesta perspectiva, ainda, a permanência do presidente Vladimir Putin na posição de chefe de estado da Rússia seria um impedimento ao alcance desta meta, comparando seu comportamento ao de um Czar (HUFBAUER; HOGAN, 2022).

Como anteriormente citado, Hufbauer e Hogan publicam esse artigo em Março de 2022, e naturalmente, suas conclusões e expectativas divergiram ao menos parcialmente de desenvolvimentos futuros. Ao observarmos documentos mais recentes, como o relatório publicado pelo think tank Parlamento Europeu em Março de 2023 (CAPRILE; DELIVORIAS, 2023) podemos ter uma perspectiva mais atualizada sobre este cenário no que tange a atuação da União Europeia no cenário deste conflito.

<sup>4</sup> <https://tradingeconomics.com/russia/inflation-cpi>

Um assunto pertinente ao tema de comércio que esse relatório trata é a questão do petróleo. De acordo com dados da OEC (The Observatory of Economic Complexity) em 2021, a Rússia se colocava como a segunda maior exportadora de petróleo bruto no mundo, arrecadando US\$112.683.108.744 no dito ano, se mantendo atrás apenas da Arábia Saudita, que teve US\$137.613.624.204 arrecadados no mesmo período<sup>5</sup>. O relatório detalha a estipulação de limites de preço (Price caps) no petróleo bruto importado da Rússia levantado pela União Europeia. Inicialmente, foi estipulado em Junho de 2022 com o sexto pacote de sanções da UE um embargo parcial da compra, importação ou transporte de petróleo bruto Russo em adição a qualquer outros produtos refinados do petróleo, com poucas exceções (CAPRILE; DELIVORIAS, 2023, p. 5). Esta estratégia, porém, logo demonstrou suas desvantagens. De acordo com dados do Center on Global Energy Policy reproduzido pelos autores, esta medida resultou na redução de importações de cerca de 1 milhão de Barris por dia, representando aproximadamente 10% da demanda diária de consumo da União Europeia. De acordo com dados da Oxford Analytica incluídos no artigo, a Rússia exportou em Dezembro de 2021 2.4 Milhões de barris de petróleo bruto por dia para a Europa, aproximando-se de  $\frac{1}{3}$  das exportações totais desse produto pelo país<sup>6</sup>. Todavia, como apontado pelo relatório, a Rússia pode compensar esse déficit ao expandir suas importações com outras nações com alta demanda pelo produto, como a China e a Índia, e assim manter seu ritmo e receita de exportações anteriores ao levantamento do embargo.

Ademais, a tentativa de cortar o suprimento de petróleo Russo de forma generalizada teria impacto no preço global do petróleo:

“Russian oil supply is also an important part of the global oil market, which is, and is projected to remain, tight. This is due both to the Organization of the Petroleum Exporting Countries (OPEC+) deciding to reduce output targets by 2 million bbls (MMbbls) per day from November 2022 until the end of 2023, and to the fact that most of the OPEC+ members are producing below their production targets. As a result, attempting to cut off Russian oil supplies altogether, could have restricted supplies, increasing global oil prices, which in an international economy context characterized by inflation and the threat of a global recession, would affect negatively the EU and other countries.” (CAPRILE; DELIVORIAS, 2023, p. 5)

Em seguida, em 6 de Outubro de 2022, a UE aprovou um oitavo de pacote de sanções, que entre outras medidas proibiu o transporte de petróleo bruto assim como produtos

<sup>5</sup> <https://oec.world/en/profile/hs/crude-petroleum>

<sup>6</sup> <https://www.energypolicy.columbia.edu/publications/what-success-or-failure-would-look-price-cap-russian-oil/>

refinados originários da Rússia para terceiros países. Ademais, como anteriormente mencionado, se estipulou em cooperação com as nações do G7, um limite de preço (Price cap) de 60 US\$/Barril para petróleo bruto e derivado de minerais betuminosos. Ainda de acordo com o relatório, essa medida teve os objetivos de, primeiramente, reduzir a receita Russa quanto a exportação de petróleo mesmo quando essa transação é feita com outros países como a China, assim como tentar evitar o aumento do preço do petróleo em escala global. Essa medida seria executada através da "dominância" de cada ator participante em serviços específicos. Como exemplos, os autores citam os Estados Unidos utilizando serviços financeiros, o Reino Unido se aproveitando de seus serviços de seguro marítimo, e da Grécia tomando vantagens dos seus serviços de transporte, cada qual tem uma função importante na circulação de petróleo no globo (CAPRILE; DELIVORIAS, 2023, p. 6)

Em adição, em Fevereiro de 2023 a EU estipulou mais dois price caps. O primeiro dedicado a produtos derivados de petróleo vendidos “Em desconto” em relação ao petróleo bruto, a qual se aplicou um cap de 45 US\$/Barril. O segundo se refere a outros tipos de derivado de petróleo que se vendem “at a premium” em relação ao petróleo bruto, que entre outros inclui produtos como a gasolina, combustível de jatos e diesel. À essa categoria foi aplicado um limite de 100 US\$/Barril.

A Rússia, porém, se aproveitou do período em que estas medidas ainda não haviam sido executadas para encontrar formas de mitigar o impacto futuro desse plano. Tal como reportado pelo Center For Strategic & International Studies, e exposto no relatório de Caprile e Delivorias, a Federação Russa adquiriu 100 navios cargueiros velhos, que seriam descartados, para exportar seu petróleo sem necessitar de intermediários da União Européia, ao passo que também começa a oferecer serviços nacionais de seguro no lugar dos serviços de seguro marítimo oferecido por empresas britânicas<sup>7</sup>. Ademais, ainda não sabe-se bem o impacto que “Navios fantasmas” (Apelido dado a frotas não registradas que contrabandeiam petróleo) podem ter nesse cenário.

Sobre o cenário de “sucesso” dessa política, o relatório detalha:

“For the policy to be judged a success, it will need to cut Russia's oil revenue significantly. There are already two indications that this is happening. Brent prices dropped below US\$80/bbl in early December 2022 and remained just below that level in January 2023. In December 2022, the average price of Urals oil (which had already been trading at a significant discount to Brent since the invasion of Ukraine), was US\$50.47/bbl, while in early January 2023, it was trading below US\$40/bbl at

<sup>7</sup> <https://www.csis.org/analysis/progress-report-eu-embargo-and-russian-oil-price-cap>

the Baltic port of Primorsk. Freight costs have also increased more than fivefold for Russian companies since the beginning of 2022, diminishing profit margins for Russian companies. Early data indicate that the EU ban on crude oil imports and the oil price cap are costing Russia around €160 million per day (expected to rise to €280 million per day under the additional measures). If the measures remain efficient and are not circumvented, this will be a major indication that the policy is working.” (CAPRILE; DELIVORIAS, 2023, p. 6)

Como já citado anteriormente, o conceito de “Efetividade” é fluido e dependente do padrão estipulado em cada caso. Em um Policy Brief publicado em abril de 2023, Jeffrey J. Schott escrevendo para o Peterson Institute For International Economics trata do assunto ao analisar o conflito Russo-Ucraniano. Um dos dados citados pelo autor foi reportado pela Bruegel’s Russian Foreign Trade Tracker (Pertencente ao think tank Bruegel), em que observando a exportação de combustíveis minerais (Petróleo, Gás, Carvão, Gás Natural Líquido) ocorreu de forma geral um aumento em 37% do valor dessa categoria durante o ano de 2022 em relação ao ano anterior<sup>8</sup>.

Na primeira metade do ano, aproximadamente US\$165 Bilhões de dólares foram arrecadados contra US\$96.3 Bilhões do mesmo período no ano anterior. Na segunda metade do ano de 2022, esse valor caiu em decorrência de sanções aplicados pelo G7 (A queda da receita entre países do UE foi de US\$ 92.7 Bilhões no primeiro semestre do ano para US\$ 63.7 Bilhões no segundo), todavia essa queda foi parcialmente compensada por um aumento de exportações para a china (Entre os semestres, de US\$ 37.8 bilhões para US\$ 45.4 Bilhões) e para a Índia (Entre os semestres, US\$ 9.6 Bilhões para US\$ 23.7 Bilhões). Com isso, a queda entre os dois semestres foi de US\$165 Bilhões para US\$148.6 Bilhões. (SCHOTT, 2023, p. 3 e 4)

Tal como apontado tanto no relatório do think tank do Conselho Europeu quanto no Policy Brief de Schott, a Rússia está fortalecendo suas relações comerciais com nações fora da G7 como uma possível tentativa de circunavegar o regime de sanções aplicados pelos mesmos, potencialmente também fazendo parte de um movimento maior para mudar a dependência da Federação Russa dos países do bloco em longo prazo.

Em outros dados do Russian Foreign Trade Tracker, também vemos os mesmos movimentos na área das importações. Entre o primeiro e segundo semestre de 2022, o valor das importações originadas da União Europeia para a Rússia decresceu de US\$32.8 Bilhões para US\$25.8 Bilhões, enquanto as importações da China foram de US\$29.6 Bilhões para

---

<sup>8</sup> <https://www.bruegel.org/dataset/russian-foreign-trade-tracker>

US\$46.7 Bilhões. Ao invés da Índia se colocar em segundo lugar, ela está em terceiro com um aumento de US\$ 1.2 Bilhões para US\$ 1.8 Bilhões, enquanto o segundo maior exportador para a Rússia foi a Turquia, com um aumento de exportações na casa de US\$ 2.9 Bilhões para US\$ 6.4 Bilhões, e apesar de ambos se manterem com crescimentos muito menores em relação ao aumento de importações vindas da China, a soma dessas transações elevou o valor total de importações para a Rússia de US\$ 103.3 Bilhões no primeiro semestre de 2022 para US\$ 111.6 Bilhões no segundo.

A extensão pela qual a Rússia está sendo capaz de "desviar" de sanções ocidentais é difícil de se medir. Como esperado, a Rússia buscou assistência para mitigar o impacto de sanções, diversificar suas exportações energéticas, e buscar adquirir equipamentos militares de países fora da coalizão ocidental (SCHOTT, 2023, p. 5). Outros aliados da Federação Russa também incluem Belarus, Irã e a Coreia do Norte, todavia deve-se destacar que a contribuição desses estados para a economia Russa é apenas marginal se comparada a outros parceiros como China e Índia.

A questão dos price caps nas exportações de petróleo Russo também são tratadas nesse Policy Briefing. De acordo com dados fornecidos pelo Reuters, que no primeiro trimestre de 2023 a Rússia foi impactada negativamente pelo embargo com a redução da demanda, assim como o aumento do custo de exportação para mercados asiáticos, onde o governo russo tenta redirecionar a maior parte de suas exportações. Além disso, o petróleo Ural bruto tem sido vendido abaixo do valor do petróleo Brent bruto, e abaixo do price cap estipulado pela EU, com o barril de petróleo Ural chegando ao valor de US\$49.48/Barril em Janeiro de 2023<sup>9</sup>. Ademais, dados informados pelo Wall Street Journal indicam que no mesmo mês as taxas de impostos arrecadados com a exportação de recursos energéticos decaiu consideravelmente ao passo que os custos de guerra aumentaram, colocando o país em um déficit orçamentário de US\$25 Bilhões no dito mês<sup>10</sup>.

Todavia, há um esquema pelo qual empresas petrolíferas russas são capazes de evadir o price cap estabelecido pela EU.

“Russian oil companies reportedly paid Russian taxes on their oil exports based on the FOB Urals benchmark, and then collected fees for shipping, insurance, and other services—already included in sales contracts and often priced at levels above the G7 price cap—when the cargo was delivered in foreign ports. In so doing, the companies, many substantially owned by the Russian

---

9

<https://www.reuters.com/business/energy/russia-introduce-fixed-oil-differentials-taxation-boost-state-coffers-sources-2023-02-10/>

<sup>10</sup> <https://www.wsj.com/articles/russian-deficit-soars-to-25-billion-on-war-spending-oil-embargo-11675706249>

government, minimized their payment of export taxes, evaded the G7 oil price scheme by structuring oil contracts to underprice the oil and overcharge for its distribution to non-G7 customers, and amassed large foreign currency accounts outside Russia.” (SCHOTT, 2023, p. 6 e 7)

Portanto, os price caps estabelecidos pela G7 não foram capazes de impedir a Rússia de exportar o seu petróleo e produtos derivados do mesmo. Como aponta o The Wall Street Journal referenciado no policy briefing, a receita de impostos decorrentes da exportação do petróleo ainda caiu, mas de acordo um artigo do Financial Times, o Ministro de Finanças Russo deve adotar uma nova referência para o cálculo do imposto de exportações, que deve aumentar o arrecadamento tributário nesta área nos próximos meses<sup>11</sup>. Apesar disso, o governo russo não está tentando privar os mercados mundiais do acesso ao seu petróleo. Os cortes de produção em Fevereiro de 2023 foram de aproximadamente 500.000 Barris/Dia, ou aproximadamente 5% da capacidade de produção russa, corte este feito com o objetivo de firmar o preço do Petróleo Ural Bruto. Há ainda a possibilidade de um maior volume da produção ser cortado ao longo do ano, todavia isso poderia causar um efeito adverso no sentido da possibilidade de parceiros comerciais da Federação Russa como a China e Índia, agora seus maiores importadores de petróleo, tentarem compensar um hipotético cenário de baixa oferta buscando novos fornecedores no Oriente Médio, o que naturalmente comprometeria a estratégia atual do governo russo (SCHOTT, 2023, p. 7).

## 6 - Considerações Finais e Recomendações

Como foi visto ao longo deste trabalho, regimes de sanções são capazes de afetar profundamente a economia de um país-alvo que perpetrou infrações internacionais ao promover ações militares ilegais contra outras nações. Porém, como foi repetidamente demonstrado, o impacto de um regime de sanções sobre uma economia não pode ser usado como o medidor da efetividade desses esforços. Uma economia debilitada pode, sim, convencer um país-alvo a cessar suas ações ao medir os benefícios de seu comportamento atual contra os malefícios causados por medidas restritivas, todavia, esses países encontram formas de circundar os impactos causados por regimes de sanções, seja através de alianças com nações específicas, espólios advindos de sua ação militar, uso de redes de comércio ilegais, expansão de suas capacidades produtivas internas e redução da dependência ao mercado internacional.

---

<sup>11</sup> <https://www.ft.com/content/1679afca-0aa5-4498-b1a5-1eb65c6f5d91>

Ademais, governos autoritários podem utilizar um regime de sanções como justificativa para aumentar seu próprio poder ao alterar regras legislativas do país, distribuir recursos entre aliados, perseguir opositores, e manejar o descontentamento da população de forma suas desavenças em relação ao cenário de sanções não se concentre nas ações do governo, e sim nas iniciativas de seus opositores. Com isso, os regimes de sanções acabam por vezes beneficiando as altas figuras políticas autoritárias de um país alvo e reforçam sua capacidade de agir dentro daquele cenário, que pode entre outras consequências permitir que o país alvo siga com suas iniciativas militares ilegais, e as sanções por sua vez se demonstram incapazes de atingir objetivos políticos relevantes, e falham na sua concepção principal como uma ferramenta do sistema internacional contra ilegalidades cometidas por entidades nacionais.

Com isso em mente, policy-makers devem assegurar que as medidas restritivas aplicadas nesses cenários levem em consideração a capacidade desses países em utilizar as restrições pelo quais são submetidos como forma de reforçar seu poder político, sua independência econômica, e em última instância não cessar suas atividades ilegais. Deve-se buscar atingir a classe política do país-alvo através do uso de sanções à indivíduos, limitar as sanções comerciais a áreas que impactaram a capacidade do governo em manter suas iniciativas militares, através de embargos à armamentos de a outros recursos utilizados para a fabricação de armas, buscando minimizar o impacto direto à vida e bem-estar da população civil do país. É importante que a população veja as sanções como um dano causado apenas como consequência das ações do seu governo, minimizando o apoio das massas populacionais e ao mesmo maximizando a possibilidade de uma troca de regime em face à revolta civil, que por vezes é a medida necessária para mudar o comportamento do país-alvo nesses cenários.

Cenários de conflitos são complexos, e mesmo medidas restritivas agressivas podem encontrar dificuldades em causar uma mudança de políticas desejável. Porém através de um planejamento consciente da forma com que os países-alvo são capazes de responder à um cenário de sanções, às instituições internacionais podem encontrar formas de maximizar a efetividade da ferramenta que são as sanções, atingindo seus alvos prioritários com precisão e eficiência, e em última instância, trabalhando em prol da preservação da vida humana.



## 7 - Referências Bibliográficas:

ALNASRAWI, A. **Iraq: Economic Sanctions and Consequences**, 1990–2000. Third World Quarterly, v. 22, n. 2, p. 205–218, 2001. Disponível em [https://cooperative-individualism.org/alnasrawi-abbas\\_iraq-economic-sanctions-and-consequences-2001-apr.pdf](https://cooperative-individualism.org/alnasrawi-abbas_iraq-economic-sanctions-and-consequences-2001-apr.pdf). Acesso em: 4 out. 2023.

APARECIDO, J.; AGUILAR, C. **A Guerra entre a Rússia e a Ucrânia**. v. 9, n. 1. São Paulo: Observatório de Conflitos Internacionais, 2022. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/v.-9-n.-1-fev.-2022.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2023.

BAUMBACH, M. **Sanções do Conselho de Segurança: Direito Internacional e Prática Brasileira**. 1a ed. Distrito Federal: FUNAG - Fundação Alexandre de Gusmão, 2014. Acesso em [https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-167-sancoes\\_do\\_conselho\\_de\\_seguranca\\_direito\\_internacional\\_e\\_pratica\\_brasileira](https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-167-sancoes_do_conselho_de_seguranca_direito_internacional_e_pratica_brasileira). Acesso em: 25 ago. 2023.

CAPRILE, Anna. DELIVORIAS, Angelos. **EU Sanctions on Russia: Overview, impact, challenges**. European Parliament Think Tank, 2023. Disponível em [https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document/EPRS\\_BRI\(2023\)739366](https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document/EPRS_BRI(2023)739366). Acesso em: 25 ago. 2023.

**Committees, Working Groups and Ad Hoc Bodies**. United Nations Security Council. Disponível em: <https://www.un.org/securitycouncil/content/committees-working-groups-and-ad-hoc-bodies>. Acesso em: 14 out. 2023.

DAVIS, L.; ENGERMAN, S. **History Lessons Sanctions: Neither War nor Peace**. Journal of Economic Perspectives, v. 17, n. 2, p. 187–197, 2003.

FACT SHEET: **United States, European Union, and G7 to Announce Further Economic Costs on Russia**, The White House, 2022. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2022/03/11/fact-sheet-united-states-european-union-and-g7-to-announce-further-economic-costs-on-russia/>. Acesso em: 4 nov. 2023.

**Impact of sanctions on the Russian economy**. European Council, 2022. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/en/infographics/impact-sanctions-russian-economy/>. Acesso em: 13 out. 2023.

HUFBAUER, G. C.; HOGAN, M. **How effective are sanctions against Russia?**. Peterson Institute for International Economics, 2022. Disponível em <https://www.piie.com/blogs/realtime-economics/how-effective-are-sanctions-against-russia>. Acesso em: 2 set. 2023.

KANTCHEV, G. **Russian Deficit Soars to \$25 Billion on War Spending, Oil Embargo.** The Wall Street Journal, 2023. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/russian-deficit-soars-to-25-billion-on-war-spending-oil-embargo-11675706249>. Acesso em: 13 out. 2023.

KANTCHEV, G; GERSHKOVICH, E. **Russia's Economy Is Starting to Come Undone.** The Wall Street Journal, 2023. Disponível em: [https://www.wsj.com/articles/russias-economy-is-starting-to-come-undone-431a2878?mod=article\\_inline](https://www.wsj.com/articles/russias-economy-is-starting-to-come-undone-431a2878?mod=article_inline). Acesso em: 13 out. 2023.

KUBICEK, Paul. **The history of Ukraine.** Westport: Greenwood Press, 2008.

LAUB, Zachary. **International Sanctions on Iran,** 2015. Disponível em [https://www.files.ethz.ch/isn/191759/Backgrounder\\_%20The%20Intern...pdf](https://www.files.ethz.ch/isn/191759/Backgrounder_%20The%20Intern...pdf). Acesso em: 13 sep. 2023.

RAMOS, S.; FILIPE, T. **Análise da Intervenção Russa na Crimeia,** 2019. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/30087>. Acesso em: 26 nov. 2023.

RUTLAND, P. An Unnecessary War: The Geopolitical Roots of the Ukraine Crisis. In: PIKULICKA-WILCZEWSKA, A.; SAKWA, R. (Eds.). **Ukraine and Russia: People, politics, propaganda and perspectives.** Bristol: E-International Relations. 2015. p. 122-133. Disponível em <https://www.e-ir.info/publication/ukraine-and-russia-people-politics-propaganda-and-perspectives/>. Acesso em: 7 nov. 2023.

**Russia alters oil taxes to capture bigger share of trades above price cap.** Financial Times, 2023. Disponível em <https://www.ft.com/content/1679afca-0aa5-4498-b1a5-1eb65c6f5d91>. Acesso em: 8 out. 2023.

**Russia Inflation Rate at Near 1-Year Low.** Trading Economics, 2023. Disponível em: <https://tradingeconomics.com/russia/inflation-cpi>. Acesso em: 8 out. 2023.

**Russia plans to price Urals at Brent -\$20/bbl for tax purposes -sources.** Reuters, 2023. Acesso em <https://www.reuters.com/business/energy/russia-introduce-fixed-oil-differentials-taxation-boost-state-coffers-sources-2023-02-10/>. Acesso em: 8 out. 2023.

**Russia's war on Ukraine: A sanctions timeline.** Peterson Institute for International Economics, 2022. Disponível em: <https://www.piie.com/blogs/realtime-economics/russias-war-ukraine-sanctions-timeline>. Acesso em: 4 nov. 2023.

TOURINHO, M. **O acordo nuclear com o Irã: o papel e as contribuições das sanções internacionais.** Política externa, v. 24, n. 1, 2015. Disponível em [https://www.academia.edu/19664206/O\\_Acordo\\_Nuclear\\_com\\_o\\_Ir%C3%A3\\_O\\_Papel\\_e\\_as\\_Contribui%C3%A7%C3%B5es\\_das\\_San%C3%A7%C3%B5es\\_Internacionais\\_Pol%C3%A9tica\\_Externa\\_2015](https://www.academia.edu/19664206/O_Acordo_Nuclear_com_o_Ir%C3%A3_O_Papel_e_as_Contribui%C3%A7%C3%B5es_das_San%C3%A7%C3%B5es_Internacionais_Pol%C3%A9tica_Externa_2015). Acesso em: 16 sep. 2023.

SCHOTT, Jeffrey J, **Economic sanctions against Russia**: How effective? How durable?. Peterson Institute For Economics, 2023. p. 98-102. Disponível em <https://www.piie.com/publications/policy-briefs/economic-sanctions-against-russia-how-effective-how-durable>. Acesso em: 11 out. 2023.

WILSON, A. Ukrainian Politics since Independence. *In*: PIKULICKA-WILCZEWSKA, A.; SAKWA, R. (Eds.). **Ukraine and Russia: People, politics, propaganda and perspectives**. Bristol: E-International Relations, 2015. Disponível em <https://www.e-ir.info/publication/ukraine-and-russia-people-politics-propaganda-and-perspectives/>. Acesso em: 7 nov. 2023.

ZSOLT, Darvas et al. **Russian foreign trade tracker**. Bruxelas, 2023. Disponível em: <https://www.bruegel.org/dataset/russian-foreign-trade-tracker>. Acesso em: 7 out. 2023.

## 8 - Agradecimentos

Gostaria de agradecer aos meus familiares. Minha mãe Marcela, meu pai Kleber, minha irmã Isabella, minhas avós Marcia e Altamira, meus avôs Enéas e Anísio, meu tio Marcio e minhas tias Carla e Kátia, que sempre me apoiaram em todas as fases da minha vida e sempre prezaram pelo meu bem.

Agradeço os meus professores, que se esforçaram para me instruir e orientar durante toda a minha vida acadêmica com infinita sabedoria e paciência, abrindo novas portas e janelas de conhecimento na minha vida, me levando a novos céus que eu nunca havia imaginado antes.

Também quero agradecer à PUC-Rio assim como ao Instituto de Relações Internacionais (IRI), as instituições que providenciaram todos os recursos e apoio para que eu pudesse chegar a esse momento, com um sólido conhecimento acadêmico e encaminhado para uma vida profissional digna.

A todos, muito obrigado por tudo!